

**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 272/2025-ADVOSF

Processo nº 00200.021709/2024-78

Pregão eletrônico. Menor preço global. Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, quando necessário, nos arquivos deslizantes eletrônicos da COBIB – Coordenação de Biblioteca e do SEARQP – Serviço de Arquivo de Pessoal do Senado Federal. Possibilidade condicionada. Ajustes e recomendações.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo de contratação, precedido de licitação na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, quando necessário, nos arquivos deslizantes eletrônicos da COBIB – Coordenação de Biblioteca e do SEARQP – Serviço de Arquivo de Pessoal do Senado Federal.

No doc. nº 00100.223324/2024-71, Documento de Formalização da Demanda (DOD) nº 0352/2024 para “manutenção corretiva e preventiva em arquivos deslizantes eletrônicos, incluindo as peças mecânicas, elétricas e eletrônicas, situados no bloco 14 SEARQP”.

No doc. nº 00100.223325/2024-16, DOD nº 0355/2024 para “manutenção preventiva e corretiva para os 7 (sete) conjuntos de módulos de arquivos deslizantes eletroeletrônicos, Marca: Girofiex Acecco, Modelo: Mecatron 3000, em salas diferenciadas da biblioteca, sobretudo para a coleção de obras raras e especiais, coleção depósito legal das publicações



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

do Senado e coleção Senador Luiz Viana Filho, incluindo reposição de peças mecânicas, elétricas e eletrônicas”.

No doc. nº 00100.223326/2024-61, Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 127/2024.

No doc. nº 00100.223327/2024-13, documento de Solicitação de Contratação nº 1849 e versão preliminar do Mapa de Riscos.

No doc. nº 00100.223328/2024-50, documento da Contratação nº 20250224 e impacto orçamentário estimado da contratação, no valor de R\$ 786.000,00 (setecentos e oitenta e seis mil reais).

Por meio do Ofício nº 0436/2024-SADCON (doc. nº 00100.223329/2024-02), foi informada a aprovação da Solicitação de contratação nº 1849 pelo Comitê de Contratações, com base no inciso I, do art. 8º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf), no valor de R\$ 786.000,00 (setecentos e oitenta e seis mil reais).

No doc. nº 00100.031101/2025-61, primeira versão da pesquisa de preços contendo as solicitações encaminhadas às empresas; a lista de empresas consultadas que não apresentaram cotações; cotações das empresas recebidas por e-mail; planilhas de estimativa; mapa de cotação e, por fim, lista de propostas recebidas e rejeitadas.

Por meio do doc. nº 00100.031112/2025-41 foi endereçada a justificativa para a ausência de fontes públicas na pesquisa de preços, para o coeficiente de variação acima do estipulado e para as amostras de preço.

No doc. nº 00100.031950/2025-14, primeira versão do Termo de Referência (TR).



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Por meio do Ofício nº 0083/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.034090/2025-71) foi recomendado ajuste na pesquisa de preços.

Por meio do doc. nº 00100.037173/2025-11, foi esclarecido o apontamento efetuado pelo Ofício nº 0083/2025-COCVAP/SADCON e apresentada a segunda versão do TR no doc. nº 00100.037173/2025-11.

No doc. nº 00100.037211/2025-36, segunda versão da pesquisa de preços.

Por meio do Ofício nº 0096/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.038642/2025-10), foi ratificada a pesquisa de preços, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, até 03 de setembro de 2025.

No doc. nº 00100.038642/2025-10-1, documento de consulta ao quadro de sócios e administradores (QSA) e relatório de credenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

No doc. nº 00100.044415/2025-23, primeira versão da minuta de pregão eletrônico com contrato.

Por meio do Ofício nº 190/2025 – COATC/SADCON (doc. nº 00100.044423/2025-70), os autos foram encaminhados à Coordenação de Processamento Externo de Licitações – COPEL, que se manifestou na Análise Originária de Processo e Minuta de Edital em recomendações (doc. nº 00100.051546/2025-67).

Os autos foram encaminhados pelo Ofício nº 213/2025 – COATC/SADCON (doc. nº 00100.053015/2025-17) para análise das recomendações formuladas. Em resposta, no doc. nº 00100.062115/2025-26, em 08 de abril de 2025, foram apresentados os ajustes realizados ou



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

as justificativas para a manutenção dos termos originais e encaminhada a terceira versão do TR.

Em 14 de abril de 2025, por meio do doc. nº 00100.065063/2025-40, foram novamente apresentados os ajustes realizados ou as justificativas para manutenção das disposições originais e encaminhada a quarta versão do TR.

No doc. nº 00100.066000/2025-19, segunda versão da minuta de pregão eletrônico e contrato.

Por fim, por meio do Ofício nº 268/2025 – COATC/SADCON (doc. nº 00100.066014/2025-24) os autos foram encaminhados a esta Advocacia para análise e manifestação.

É o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Este parecer é elaborado em observância ao disposto no art. 53, *caput* e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, que determina, ao término da fase preparatória, que o processo licitatório seja encaminhado ao órgão de assessoramento jurídico para controle prévio de legalidade, a quem compete, ainda, o controle prévio de legalidade das contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e seus respectivos termos aditivos.

O presente processo de contratação é regido pela Lei nº 14.133/2021 e, internamente, pelas disposições do ADG nº 14/2022, ato responsável por regulamentar, fundamentalmente, o procedimento preparatório da licitação.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

II.I – Da fase preparatória da licitação**a. Da formalização da demanda**

No doc. nº 00100.223324/2024-71, Documento de Formalização da Demanda (DOD) nº 0352/2024 para “manutenção corretiva e preventiva em arquivos deslizantes eletrônicos, incluindo as peças mecânicas, elétricas e eletrônicas, situados no bloco 14 SEARQP”.

No doc. nº 00100.223325/2024-16, DOD nº 0355/2024 para “manutenção preventiva e corretiva para os 7 (sete) conjuntos de módulos de arquivos deslizantes eletroeletrônicos, Marca: Girofiex Acecco, Modelo: Mecatron 3000, em salas diferenciadas da biblioteca, sobretudo para a coleção de obras raras e especiais, coleção depósito legal das publicações do Senado e coleção Senador Luiz Viana Filho, incluindo reposição de peças mecânicas, elétricas e eletrônicas”.

b. Do Estudo Técnico Preliminar

Em compasso com o Anexo I do ADG nº 014/2022, ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, que objetiva o levantamento dos elementos essenciais da contratação, a partir de dados empíricos e informações, com o fim de identificar a solução mais adequada para o atendimento da demanda administrativa.

Por meio do ETP, a Administração deve, fundamentalmente, investigar as soluções disponíveis no mercado e identificar aquela que melhor atenda ao interesse público.

O órgão contratante apenas se desincumbe adequadamente da tarefa de levantamento de mercado quando, justificando a impossibilidade de atendimento da necessidade internamente, por meios



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

próprios, suscita soluções disponíveis para a demanda (aquisição de bens, contratação de serviços ou de mão de obra, etc.), e identifica, justificadamente, a melhor opção.

No doc. nº 00100.223326/2024-61, Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 127/2024. No caso dos autos, não parece a Administração ter se desincumbido do ônus de investigar e apontar as soluções disponíveis para a demanda, justificando a opção pela contratação de serviços e aquisição de peças.

No entanto, leitura compassada do documento e dos autos permite inferir que a modelagem sugerida é, no entendimento dos setores técnicos, a que melhor atende ao interesse da Administração.

Por isso, neste caso, os autos poderão prosseguir sem a necessidade de retorno a esta Advocacia, mas, **nas próximas contratações, alerta-se para a necessidade de que o ETP enderece todos elementos estampados no art. 5º, do Anexo II, do ADG nº 014/2022 de forma adequada, demonstrando a opção pela solução escolhida frente às possibilidades do mercado.**

c. Do Termo de Referência

No doc. nº 00100.065063/2025-40, quarta e última versão do TR. Ao menos formalmente, todos requisitos do art. 5º do Anexo III do ADG nº 14/2022 foram contemplados, pelo que fica superado o requisito.

d. Da pesquisa de preços e estimativa do valor da contratação

A etapa da pesquisa de preços e consequente estimativa do valor da contratação deve observar o art. 14 e Anexo VI do ADG nº 014/2022.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

No doc. nº 00100.031101/2025-61, consta a primeira versão da pesquisa de preços contendo as solicitações encaminhadas às empresas; a lista de empresas consultadas que não apresentaram cotações; cotações das empresas recebidas por e-mail; planilhas de estimativa; mapa de cotação e, por fim, lista de propostas recebidas e rejeitadas.

Por meio do doc. nº 00100.031112/2025-41 foi endereçada a justificativa para a ausência de fontes públicas na pesquisa de preços, para o coeficiente de variação acima do estipulado e para as amostras de preço.

Por meio do Ofício nº 0083/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.034090/2025-71) foi recomendado ajuste na pesquisa de preços.

Por meio do doc. nº 00100.037173/2025-11, foi esclarecido o apontamento efetuado pelo Ofício nº 0083/2025-COCVAP/SADCON e apresentada nova estimativa de despesa no TR doc. nº 00100.037173/2025-11.

Em seguida, foi acostada a segunda e última versão da pesquisa de preços (doc. nº 00100.037211/2025-36) até que, nos termos do Ofício nº 0096/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.038642/2025-10), foi ratificada a pesquisa de preços, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, até 03 de setembro de 2025.

Certo que este órgão não possui expertise ou atribuição para avaliar a pesquisa de preços desempenhada e considerando ter sido a tarefa ratificada pelo setor competente, fica superado o requisito.

e. Do Mapa de Riscos

**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

No doc. nº 00100.223327/2024-13, consta a versão preliminar do Mapa de Riscos que, sob a ótica formal, atende aos requisitos do art. 9º, §2º, inc. VII, do ADG nº 014/2022. Não se encontrou nos autos Mapa de Riscos atualizado, nos termos do art. 15 do ADG nº 014/2022.

Considerando que a providência deve ser levada a cabo *quando couber*, sua ausência não é óbice ao prosseguimento do feito. No entanto, cumpre registrar a importância de um adequado mapeamento e gerenciamento de riscos para eficiência das contratações públicas.

f. Do Plano de Contratações

No item 14 do TR (doc. nº 00100.065063/2025-40) foi indicado o Plano de Contratações nº 20250224.

g. Da disponibilidade orçamentária

Nos termos do Ofício nº 0436/2024-SADCON (doc. nº 00100.223329/2024-02), foi informada a aprovação da Solicitação de contratação nº 1849 pelo Comitê de Contratações, com base no inciso I, do art. 8º, do RASF, no valor de R\$ 786.000,00 (setecentos e oitenta e seis mil reais).

Em seguida, consta do Anexo II, do TR (doc. nº 00100.065063/2025-40) valor estimado da contratação na monta de R\$ 789.840,00 (setecentos e oitenta e nove mil e oitocentos e quarenta reais).

Salvo melhor juízo, não há documento nos autos que ateste a disponibilidade orçamentária para assunção da despesa, expediente que deve ser providenciado.

II.II – Da modelagem da licitação



SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Nos termos dos itens 1.1.1 e 2.2.1 do TR (doc. nº 00100.065063/2025-40), a *“prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, quando necessário, nos arquivos deslizantes eletrônicos da COBIB – Coordenação de Biblioteca e do SEARQP – Serviço de Arquivo de Pessoa”* é de natureza comum.

Isso porque *“os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI¹; e o art. 29, da Lei nº 14.133/2021²”*.

A identificação e classificação do objeto enquanto comum ou especial é tarefa de caráter técnico e não suscita maiores questionamentos jurídicos a respeito.

Segundo o item 2.3, não será utilizado o Sistema de Registro de Preços ante a previsibilidade da necessidade do serviço, justificativa que é aderente, *a contrário sensu*, aos termos do art. 3º, do Decreto Federal nº 11.462/2023³.

¹ Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; [...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; [...]

² Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a [alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei](#).

³ Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Conforme os itens 2.4.1 e 2.5.1 do TR, o critério de julgamento será o de menor preço e o objeto adjudicado de modo global, porque:

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “global”, tendo em vista a existência dos seguintes fatores técnicos/econômicos que justificam o agrupamento dos itens em um único grupo:

- *Critérios técnicos:*

- *Redução de risco de incompatibilidade entre peças mecânicas, elétricas e eletrônicas, dado que serão fornecidas por uma única empresa;*

- *Redução do tempo de realização de manutenção, em especial corretiva, pois evita ociosidade entre o diagnóstico do problema, fornecimento de peças e realização do reparo necessário.*

- *Critérios econômicos:*

- *Redução de custos operacionais por meio da possibilidade de o licitante negociar uma maior variedade e uma maior quantidade de peças a preços menores em comparação com um cenário em que diversas empresas negociam pequenas quantidades de determinadas peças.*

- *Redução de custos com mão de obra, uma vez que cada empresa contratada utilizaria funcionários próprios para realização do serviço. A multiplicidade de funcionários resultaria em ociosidade, dado que o serviço poderia ser realizado por um número menor de empregados vinculados a uma única empresa.*

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Muito embora este órgão jurídico não ostente expertise para avaliar, no mérito, a justificativa formulada, é possível reconhecer que seus termos são aderentes ao teor do enunciado nº 247 da Súmula do TCU⁴.

Nos termos dos itens 2.6.1 e 2.7.1 não será admitida a participação de empresas em consórcio, tampouco a subcontratação do objeto. Justificada a opção e ausente atribuição ou expertise deste órgão jurídico para análise de sua adequação, os pontos tampouco carecem de comentários adicionais.

Conforme o item 2.8.1, do TR, não será aplicado o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a seguinte justificativa:

2.8.2. Em que pese haver itens/grupos com valor estimado acima de R\$ 80.000,00, seu objeto não é a aquisição de bens de natureza divisível, pois o padrão de manutenção preventiva adotado deve ser idêntico em todos os conjuntos de módulos de arquivos deslizantes eletrônicos. Ademais, as peças adquiridas para a realização de manutenções corretivas devem ser perfeitamente compatíveis, a fim de evitar qualquer sorte de mau funcionamento. Por fim, a mão de obra responsável por realizar manutenções preventivas e por manusear peças empregadas na manutenção corretiva é a mesma. Portanto, nota-se que a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças constitui um só objeto, não sendo vantajoso para a Administração o seu fracionamento e prestação por múltiplas empresas contratadas.

A justificativa merece reparo apenas para que possa ser adequadamente compreendida. É justamente porque o valor

⁴ SÚMULA TCU 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

estimado da contratação supera o limite de R\$ 80.000,00 e porque a licitação é de natureza indivisível que os benefícios da LC nº 123/06 não serão aplicados. Sendo assim, recomenda-se a adoção do seguinte texto:

2.8.2. Além de haver itens/grupos com valor estimado acima de R\$ 80.000,00, não se trata da aquisição de bens de natureza divisível, pois o padrão de manutenção preventiva adotado deve ser idêntico em todos os conjuntos de módulos de arquivos deslizantes eletrônicos. Ademais, as peças adquiridas para a realização de manutenções corretivas devem ser perfeitamente compatíveis, a fim de evitar qualquer sorte de mau funcionamento. Por fim, a mão de obra responsável por realizar manutenções preventivas e por manusear peças empregadas na manutenção corretiva é a mesma. Portanto, nota-se que a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças constitui um só objeto, não sendo vantajoso para a Administração o seu fracionamento e prestação por múltiplas empresas contratadas.

No item 3, do TR são descritos os requisitos de habilitação do licitante. Não desbordantes do art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e ausente atribuição ou expertise deste órgão jurídico para avaliar, no mérito, a adequação das condições propostas, não há óbice jurídico ao prosseguimento do ponto.

No item 4.2, do TR é disciplinado o prazo de vigência de 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua, conforme descrição do objeto.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Nos termos do item 13, não será exigida garantia, com fundamento no art. 18, § 2º, II, do Anexo III, do ADG nº 14/2022⁵, já que “a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato é pouco significativa”. Ausente expertise deste órgão para análise, no mérito, da justificativa, bastante o reconhecimento de que seus termos são aderentes aos contornos do regulamento interno.

No mais, o TR trata do regime de execução, das obrigações das partes, das condições para início e recebimento do objeto, regime de execução, aplicação de penalidade, forma de pagamento e reajuste.

III – DA MINUTA DE EDITAL E DE CONTRATO**III.I – Da minuta de edital**

A análise da minuta de pregão eletrônico encartada nos autos (doc. nº 00100.066000/2025-19) permite concluir ter sido o instrumento elaborado com base na minuta-padrão de pregão para prestação de serviços contínuos com instrumento de contrato. A seguir, algumas observações para análise e ajuste.

Os itens 11.1.2, 12.4.1 e 12.7.2 disciplinam prazos de envio. O primeiro, prazo para envio das propostas; o segundo e terceiro, prazo para envio de documentos:

11.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo

⁵ Art. 18. Poderá ser exigida das contratadas a prestação de “garantia contratual”, para assegurar o cumprimento de obrigações contratuais e adimplência de penalidades. [...]

§ 2º Não será exigida garantia nos seguintes casos: [...]

II - contratações para entrega de objetos que não gerem obrigações futuras para a contratada ou em que a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato seja pouco significativa.





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante. [...]

12.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 12.4 é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante. [...]

12.7.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

Ainda que os dispositivos reproduzam a minuta-padrão do Senado Federal, é importante registrar que o Decreto Federal nº 10.024/2019, ao regulamentar o pregão eletrônico, alargou o prazo mínimo para o envio da proposta ajustada ao lance vencedor e, se necessário, dos documentos complementares, de 60 (sessenta) minutos para 2 (duas) horas, após a solicitação do pregoeiro (art. 38, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019⁶).

Nessa mesma linha, determina o art. 43, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019⁷ que “na hipótese de necessidade de envio de documentos

⁶ Art. 38. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital. [...]

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

⁷ Art. 43. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades integrantes do Sisg ou por aqueles que aderirem ao Sicaf. [...]

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

complementares após o julgamento da proposta”, o prazo de 2 (duas) horas deve ser observado.

Na ausência de regulamentação interna em sentido diverso, recomenda-se a modificação dos dispositivos para o alargamento do prazo de envio⁸.

Adiante, no item 12.3.2.2, foi feito o seguinte comentário:

12.3.2.2. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (Nota para a ADVOSF: A exclusão do trecho destacado, que consta na minuta-padrão de editais, foi feita com base no Parecer 465/2024-ADVOSF, NUP 119634/2024-92. Pede-se ratificar ou retificar a pertinência dessa exclusão).

A redação está adequada ao entendimento desta Advocacia.

O que se recomenda é que, diante da ciência da homologação ou acolhimento judicial do plano de recuperação da empresa, conforme o caso, o pregoeiro realize diligências para aferir a capacidade de superação da crise econômico-financeira vivenciada pelo licitante e, ato contínuo, avaliar o potencial de adimplemento das obrigações pactuadas com a

definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38.

⁸ Em outras oportunidades esta Advocacia já se manifestou acerca do prazo mínimo para envio das propostas ajustadas ao lance vencedor, destacando-se, exemplificativamente, os Pareceres nº 674/2020-ADVOSF (Processo 00200.004237/2020-65), nº 094/2023-ADVOSF (Processo nº 00200.002024/2023-41), nº 833/2024-ADVOSF (Processo nº 00200.010539/2024-04), nº 563/2024-ADVOSF (Processo nº 00200.013428/2022-80), nº 528/2024-ADVOSF (Processo nº 00200.010147/2024-37), nº 473/2024-ADVOSF (Processo nº 00200.007184/2024-68), nº 465/2024-ADVOSF (Processo nº 00200.001794/2024-58), nº 401/2024-ADVOSF (Processo nº 00200.022266/2023-51), nº 339/2024-ADVOSF (Processo nº 00200.021698/2023-45), nº 682/2023-ADVOSF (Processo nº 00200.013080/2023-10), nº 551/2023-ADVOSF (Processo nº 00200.008340/2023-27), nº 955/2022-ADVOSF (Processo nº 00200.013473/2022-34), nº 786/2022-ADVOSF (Processo nº 00200.010828/2022-33), nº 734/2021-ADVOSF (Processo nº 00200.004443/2021-56), nº 705/2021-ADVOSF (Processo nº 00200.005870/2021-51), entre outros.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Administração em caso de vir a firmar o contrato administrativo decorrente da licitação.

Adiante, como observado no Parecer nº 801/2024–ADVOSF, a Lei nº 10.522/2002 foi alterada para determinar a obrigatoriedade da consulta prévia ao CADIN para a celebração de contratos e outros instrumentos de desembolso.

Art. 6º É obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para:

I - realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos;

II - concessão de incentivos fiscais e financeiros;

III - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos. [...]

Art. 6º-A. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º, constitui fator impeditivo para a realização de qualquer dos atos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 6º. (Incluído pela Lei nº 14.973, de 2024).

Por isso, para assinatura do contrato, deve ser alterada a redação do item 16.2 para fazer constar o seguinte:

16.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 e aos arts. 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

III.II – Da minuta de contrato



SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Dispõe a Cláusula Quarta – Do Regime de Execução da minuta encaminhada para análise que:

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução do objeto deste contrato, compreendendo a manutenção dos arquivos deslizantes descritos no Anexo 2 do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os serviços deverão ser prestados dentro das instalações da COBIB - Coordenação de Biblioteca no endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso, Anexo II, Térreo, Brasília-DF, 70165-900; e SEARQP - Serviço de Arquivo de Pessoal: Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso, Bloco 14, Térreo, Brasília-DF, 70165-900.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A execução dos serviços seguirá o regramento contido no Anexo 3 do Edital – Detalhamento dos Serviços de Manutenção, o qual é parte integrante deste contrato para todos os fins. [...]

O *caput* da Cláusula Quarta determina prazo fixo para o início da execução, 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, ao passo que a minuta-padrão⁹ recomenda seja estabelecido prazo máximo (até (____) dias) para o início da execução, a contar do recebimento da ordem de serviço, e não da assinatura do contrato. Além disso, enquanto a minuta-padrão regula o prazo máximo em que a ordem de serviço deve

⁹ CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução do objeto deste contrato, no prazo de até ____ (____) dias, a contar do recebimento da ordem de serviço e/ou fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ordem de serviço e/ou fornecimento será emitida pelo gestor do contrato e entregue à CONTRATADA em até ____ (____) dias a contar da data da celebração do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ordem de serviço e/ou fornecimento deverá ser recebida pela CONTRATADA diretamente do gestor deste contrato, a qual indicará detalhadamente _____.

(NOTA TÉCNICA: descrever, o(s) quantitativo(s) e o tipo(s) do(s) produto(s) ou serviço(s), o local, a data e o horário em que deverá ser realizada, tudo conforme o caso exigir.) [...]



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

ser emitida pelo Gestor do Contrato à Contratada (até (____) dias), a partir da celebração do contrato, a minuta encaminhada não o faz.

Nesse passo, recomenda-se seja adotada a redação da minuta-padrão ou justificada a opção pela manutenção dos termos propostos.

No mais, são as disposições das minutas de edital e de contrato compatíveis com a Lei nº 14.133/2021 e podem ser aprovadas.

IV – CONCLUSÃO

Ante ao exposto, fica aprovado o prosseguimento dos autos, **desde que as recomendações destacadas no bojo desta manifestação, sublinhadas e/ou em negrito, sejam observadas.** Além disso, frisa-se a necessidade de que as etapas procedimentais posteriores à manifestação desta Advocacia, como a designação do pregoeiro e publicidade do ato, sejam superadas.

É o Parecer.

Brasília, 22 de abril de 2025.

(assinado digitalmente)

ISABELLE MENEZES VIEIRA DA SILVA

Advogada do Senado Federal





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Ref. PARECER Nº 272/2025-ADVOSF
Processo nº 00200.021709/2024-78

De acordo. Junte-se aos autos e encaminhe-se à SADCON.

Brasília, 22 de abril de 2025.

(assinado digitalmente)
FELIPE DE PAULA LYRA
Advogado do Senado Federal – OAB/DF nº 76.533
Coordenador do Núcleo de Processos de Contratações

